

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SOB O ENFOQUE PÓS-KEYNESIANO

Júlia Elisabete Barden¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica acerca de estudos que analisam o desenvolvimento regional sob a perspectiva da teoria pós-keynesiana. Os resultados destes demonstram que o sistema financeiro, em especial os bancos, influenciam no grau de desenvolvimento das regiões, sobretudo, porque o comportamento destes agentes segue um conceito importante utilizado pela teoria, a preferência pela liquidez. Assim, a disponibilidade de crédito para investimento no sistema produtivo sofrerá impactos importantes conforme a preferência pela liquidez dos bancos.

Palavras-chave: pós-keynesianos, desenvolvimento regional, sistema financeiro

1 INTRODUÇÃO

A teoria keynesiana tem atribuído um importante papel a moeda, de tal forma, que denomina as economias capitalistas como sendo economias monetárias e a moeda nestas, é considerada não-neutra. A sua importância ocorre na medida em que a moeda além de unidade de medida assume a função de meio de liquidação, sendo este atributo, a principal diferença em relação aos demais ativos e o que garante a sua não-neutralidade. Desta forma, surge outro conceito importante que é a preferência pela liquidez, ou seja, a decisão em reter mais ou menos moeda em função das condições em que se encontra o ambiente econômico, ao grau de incerteza.

Considerando estes aspectos, estudos têm apresentado que o desenvolvimento regional pode ser influenciado, em parte, pelas variáveis monetárias, pela concentração bancária e pelo comportamento do sistema financeiro. Sendo este comportamento influenciado pelos condicionantes territoriais. Em ocorrendo isto, estes acabam contribuindo em perpetuar, ou não, a trajetória de desenvolvimento das regiões.

A partir disso, este trabalho tem como objetivo apresentar estudos que analisam o desenvolvimento regional sob a perspectiva da teoria pós-keynesiana. Para cumprir com tal objetivo, o trabalho está dividido em duas partes: na primeira são apresentados aspectos sob a ótica da teoria pós-keynesiana, em especial o sistema financeiro e a oferta de moeda e na segunda parte, são apresentados questões relacionadas ao desenvolvimento regional, sobretudo, a dicotomia centro e periferia e como se caracteriza a atuação regional do sistema financeiro no Brasil.

2 ASPECTOS DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA

A teoria pós-keynesiana segundo Carvalho (1992), toma “(...) a sério a pretensão de Keynes de formular novos pontos de partida para a análise econômica, mais adequados às características de modernas economias capitalistas” (p.165), sendo o aspecto fundamental o papel da moeda. Segundo Feijó (1993), numa economia monetária de produção, a moeda não é apenas usada. Enquanto para o modelo clássico a moeda apenas refletia uma eficiência nas trocas, para Keynes o seu papel era mais complexo (Carvalho, 1992). Outro aspecto relevante da teoria é atribuído aos empresários, pelo papel que estes desempenham (Feijó, 1993).

Numa economia monetária as variáveis monetárias, além de afetarem a forma de decisão, afetam também a sua própria natureza. Segundo Keynes, a teoria clássica apresenta problemas em seus axiomas² e não em sua estrutura teórica. Sendo assim, Carvalho (1992) apresenta os axiomas da teoria keynesiana:

i) *Axioma da produção*: preocupação com o processo de produção tem sua análise através de fases (como produzir, o seu desenvolvimento, a sua distribuição) e de forma temporal (efeitos sobre a economia). Para Keynes, a atividade produtiva possui caráter especulativo, pois “a firma produz sob comando ou sob a expectativa de demanda” (Carvalho, 1992, p.272) para multiplicar riqueza, “aplica dinheiro para obter mais dinheiro” (p.173).

“A busca do lucro em dinheiro se deve à flexibilidade que esta forma confere ao seu possuidor” (p.173) por isso a riqueza monetária possui caráter de liquidez, o que a defende contra flutuações de demanda. Ao mesmo tempo, para a teoria keynesiana, o valor da moeda é ancorado no salário monetário, tendo em vista que este “(...) é o indicador mais significativo do volume de riqueza acumulado por uma firma. O trabalho, como a moeda, tem uma natureza genérica, por ser um insumo essencial a qualquer processo produtivo, elemento comum na determinação de todos os preços” (p. 173-174).

ii) *Axioma da decisão*: apesar da economia ser composta pelas firmas e trabalhadores, a decisão é desigual. Dado que para as firmas o capital é escasso, as firmas possuem maior poder de decisão: “é com as firmas que está a iniciativa tanto no mercado de trabalho como no de capitais”(p.174).

iii) *Axioma da não-pré-conciliação de planos*: segundo o autor, por este axioma surge um dos elementos mais importantes da teoria keynesiana, as expectativas. Dado que numa economia monetária inexistente quem determine o que produzir, existe um lapso de tempo entre decisão de produção e a disposição dos compradores, as firmas decidirão a partir de expectativas e não de informações.

iv) *Axioma da irreversibilidade do tempo*: ao contrário de algumas abordagens que consideram a reversibilidade dos processos econômicos na tomada de decisão, ou seja, que o agente pode tentar repetidas vezes até identificar a melhor estratégia e caracteriza movimento no espaço, a teoria keynesiana considera alguns processos como irreversíveis e o movimento se dá no tempo. Isto se ocorre porque alguns movimentos após iniciados, não podem repor as condições iniciais, as decisões a serem tomadas são ditas cruciais. Dado esta característica, a teoria keynesiana apresenta o princípio da incerteza.

Este princípio surge da insuficiência de informações que os agentes possuem para a tomada de decisão “correta” e sua importância “(...) está em que, em face dela (da incerteza), os agentes alteram seu comportamento, originando estratégias e criando instituições que se tornam racionais e inteligíveis à sua luz (...) os agentes buscam se

defender da possibilidade, incalculável, de que decisões cruciais levem a perdas irreversíveis” (Carvalho, 1992, p.177). Desta forma, segundo o autor, são criadas técnicas para enfrentar certas circunstâncias e dentre estas está a preferência pela liquidez e o comportamento convencional.

As expectativas são diferenciadas em relação ao prazo de tempo, curto ou longo: as de curto prazo envolvem decisões de produção e emprego por parte das firmas; enquanto as de longo prazo envolvem situações consideradas cruciais, como por exemplo, investir.

v) *Axioma das propriedades da moeda*: “(...) a moeda tem elasticidades negligíveis de produção e de substituição. Isto significa que a disponibilidade de moeda deve ser relativamente insensível à demanda e que suas funções não podem ser exercidas por substitutos” (Carvalho, 1992, p.179). Desta forma, se a opção for reter moeda tendo em vista as incertezas do mercado, a força de trabalho liberada na produção não será absorvida na produção de dinheiro. Sendo assim, surgem deficiências de demanda efetiva e de desemprego involuntário.

Dado a complexidade das relações numa economia capitalista, bem como a coordenação destas, é que surgem os contratos na teoria keynesiana. Estes irão garantir “(...) fluxos de produtos e serviços entre produtores e entre produtores e compradores finais, viabilizando processos prolongados de produção” (p.180). Desta maneira, cabe a moeda “(...) ser a unidade de medida e meio de liquidação para estes contratos” (p.181). Sendo assim, haverá uma certa estabilidade na economia, pois contratos futuros estabelecem no presente o preço a ser liquidado e quanto maior o número de contratos, maior o número de preços futuros conhecidos. Um dos preços de maior relevância é o da mão-de-obra, que dá estabilidade ao consumo, componente importante da demanda agregada, daí que deriva a importância atribuída pelos keynesianos aos contratos de salários monetários.

Conforme já citado, a moeda na teoria keynesiana é unidade de medida e meio de liquidação, sendo que esta última característica que a distingue de outros ativos. E o seu atributo de liquidez é o que permite a moeda não ser neutra no longo prazo, sem este, a provisão para o futuro somente seria possível via manutenção de bens reais.

Segundo Carvalho (1992, p.182) “(...) um ativo é tanto mais líquido, *coeteris paribus*, quanto maior for sua capacidade de conservação de valor”. Os ativos por sua vez são agrupados segundo a sua liquidez, o que permite identificar seu grau de conversibilidade com a moeda:

- i) *plenamente líquidos*: caracterizam-se por serem substitutos perfeitos, com conversibilidade imediata e possuem valores pré-fixados;
- ii) *ativos líquidos*: também denominados de substitutos imperfeitos, dada esta imperfeição, precisam oferecer outras formas de retorno;
- iii) *ativos ilíquidos*: não são demandados como reserva de valor, mas sim por seus rendimentos.

Assim, no modelo keynesiano, é considerada moeda o conjunto de ativos composto pela moeda legal e seus substitutos perfeitos e apesar da criação de moeda ser limitada pela autoridade monetária, há um componente endógeno para uma economia moderna. Os agentes privados criam ativos líquidos induzidos pela perspectiva de lucro. Paula (1999) salienta, que ocorre uma interdependência entre oferta e demanda por moeda, pois os bancos facilitam os gastos das unidades econômicas que desejam realizá-los. Para o autor, “as autoridades monetárias não têm um controle absoluto sobre a quantidade de moeda disponível na economia, pois influenciam apenas de forma

indireta o volume de intermediações financeiras ao afetarem as condições de custo e a disponibilidade de reservas dos bancos” (p.181).

2.1.1 Sistema financeiro e a oferta de crédito

Keynes apresenta que para haver um ambiente favorável para a acumulação em economias monetárias, deve existir uma estrutura financeira implícita, para tal, esta deve estar fundamentada sob os seguintes aspectos: um sistema bancário desenvolvido (para o *finance*) e mercados organizados de ações (para o *funding*) (Studart, 1999).

O papel do sistema financeiro neste contexto é complexo, pois vai além da intermediação entre investidores e poupadores e apresenta duas justificativas para tal afirmação: i) num período de crescimento, o sistema deve participar ativamente na determinação do volume de financiamento do investimento; ii) a poupança pode auxiliar na “consolidação financeira do passivo de curto prazo das empresas inversoras e dos bancos” (p. 152). Dada esta situação, o autor apresenta também que deve haver um ambiente institucional favorável para que ocorra um crescimento financeiramente estável, pois somente através das forças de mercado não é possível que este ocorra.

Segundo Zysman apud Studart (1999), existem dois tipos de estruturas financeiras: por um lado às baseadas no mercado de capitais (*capital market-based-systems*) e por outro, as baseadas no crédito (*credit-based systems*). E para cada tipo de arranjo institucional existem aspectos que condicionam a estabilidade financeira: no caso do crédito as taxas de juros e em relação ao mercado de capitais, oscilações especulativas no mercado de ativos.

Nos países onde não houve um desenvolvimento dos canais de financiamento, foi necessária uma proximidade entre bancos privados e empresas e/ou intervenção governamental. Ocorrendo esta última, através da “(...) criação de bancos de desenvolvimento e políticas de crédito seletivo nos países de industrialização recente” (Studart, 1999, p.163). Para o autor, estes arranjos são importantes, pois “(...) fazem face a incerteza relativa ao financiamento de posições de longo prazo e evitam surtos de instabilidade financeira que possam estancar o processo de crescimento” (p.164).

Em relação ao comportamento do sistema bancário, “os bancos, como qualquer outra firma, têm preferência pela liquidez com base em suas expectativas sobre o futuro incerto, conformando seu *portfólio* de modo a conciliar lucratividade com a escala de preferência pela liquidez” (Paula, 1999, p.173). Desta forma, este comportamento faz com que os bancos afetem as variáveis reais da economia (produto e emprego), dado que decidem sobre as condições de financiamento da economia os quais refletem no nível de gastos dos agentes.

A preferência pela liquidez, determinará a estratégia dos bancos em relação ao seu *portfólio* de aplicações, conforme quadro abaixo:

Quadro 1- *Portfólio* de aplicações, segundo Keynes (1971, cap. 25)

Ativo	Rentabilidade	Grau de Liquidez
Letras de câmbio e <i>call loans</i>	pequena	alta
Investimentos	pequena	média
Adiantamentos	alta	pequena

Fonte: Paula (1999, p.177)

Para o autor, os bancos conciliam rentabilidade com grau de liquidez (*trade-off* rentabilidade e liquidez), fazendo com que a economia passe por momentos ora de expansão e ora de contração da oferta de moeda. Os momentos de expansão ocorrerão quando as expectativas dos bancos forem otimistas, ou seja, priorizarão a rentabilidade à liquidez, fazendo com que os prazos sejam elevados e seus ativos sejam expostos a maiores riscos, diminuam a margem de segurança nas operações. Por outro lado, a contração da oferta monetária ocorrerá quando os bancos estiverem com expectativas pessimistas e com alto grau de incerteza. Neste caso, haverá uma maior preferência pela liquidez, as aplicações serão direcionadas para ativos com menor lucratividade.

Para Paula (1999), o comportamento dos bancos se dá da mesma forma que outros agentes de uma economia monetária, mas acrescenta que podem ter até maiores incertezas sobre o futuro, dado que seus ativos são menos líquidos do que suas obrigações. Desta forma, os bancos para minimizarem a incerteza ancoram seus negócios em: “fontes primárias – rendimento líquido auferido pelos ativos (diferença esperada entre receitas brutas e custos rotineiros) – e secundárias de caixa (valor dos colaterais, empréstimos ou receitas com venda de ativos transacionáveis)” (p. 183).

Minsky apud Paula (1999) considera que há contraditoriedade na atividade bancária, pois se de um lado os bancos são essenciais no financiamento da atividade produtiva, por outro, estes podem influenciar significativamente para uma instabilidade financeira, especialmente em momentos de *boom* econômico, quando aumenta substancialmente o endividamento empresarial.

3 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Estudos têm buscado identificar as causas da existência de diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional. Vários aspectos têm sido indicados como relevantes, dentre estes há estudos³ que destacam os aspectos relativos ao papel que as variáveis monetárias tem desempenhado no desenvolvimento regional, como alguns condicionantes territoriais têm impactado no volume de crédito das regiões, ou ainda, como a concentração bancária tem refletido na distribuição regional do crédito.

A maioria destes trabalhos tem utilizado o referencial teórico elaborado por Dow, o qual atribui às condições financeiras e a moeda um papel fundamental no desenvolvimento regional. Em sua análise, além de agregar elementos da Teoria da Dependência, utilizou a teoria monetária de Keynes. O autor elaborou uma teoria que identifica efeitos cumulativos que podem ser originados pelo sistema financeiro quando da existência de fortes desigualdades entre as regiões. O modelo apresenta que, quando as forças do mercado atuam livremente, há uma tendência de aprofundamento das desigualdades e conseqüentemente, do desenvolvimento regional (Amado, 1999).

O referido modelo busca explicar como “(...) o sistema financeiro pode reforçar e gerar processos cumulativos que acentuem a trajetória desigual de desenvolvimento regional de um determinado país” (Amado, 1999, p.210). Neste, Dow trabalha com a noção de pólos regionais, caracterizando-os a partir da dicotomia centro e periferia.

Dentre as noções de centro e periferia, são apresentadas as seguintes características a partir de Crocco, Cavalcante e Barra (2003) e de Amado (1999):

- i) *Centro*: uma trajetória mais estável; mercados financeiros desenvolvidos (sofisticação financeira); baixa propensão a importar; trajetória de crescimento autogerada e retroalimentada; região próspera, com mercados ativos; uma estrutura produtiva dominada pela indústria e pelo comércio, o centro financeiro; mão de obra qualificada e serviços através de suas filiais, promovendo uma dependência centro periferia.
- ii) *Periferia*: baixos níveis de renda; trajetória de crescimento instável (dirigida pelas exportações para o centro); concentra a produção no sistema primário e nas manufaturas de baixa tecnologia; sistema financeiro menos desenvolvido (menor sofisticação); bases voláteis de informações e uma economia estagnada.

A partir destas características, tem-se o quadro síntese abaixo:

Quadro2 – Caracterização geral do centro e da periferia

	Centro	Periferia
Trajetoórias de crescimento	estáveis	instáveis
Variável dinâmica para o crescimento	endógena	exógena (exportações)
Concentração da produção	secundário e terciário	primário e terciário
Propensão a importar	baixa	alta
Arranjos Institucionais (desenvolvimento)	grande	pequeno
Mercado financeiro (desenvolvimento)	grande	pequeno
Liquidez dos ativos	alta	baixa
Bases para difusão de informações	sólidas	voláteis
Incerteza	pequena	grande

Fonte: Amado (1998, p. 420)

Amado (1999) ainda apresenta a distinção que Friedman faz em relação ao centro e a periferia, as inovações. O centro é caracterizado como gerador de inovações, o elemento dinâmico, enquanto a periferia ocuparia a posição de dependente das inovações centrais.

Segundo a autora, Dow estabelece mecanismos para explicar o papel das finanças na trajetória do desenvolvimento regional, levando em conta as variáveis reais da economia. Acrescenta ainda, que a noção de inovações institucionais neste modelo “(...) é fundamental quando se analisa a apropriação dos ganhos que a evolução do sistema bancário pode trazer às regiões onde essas inovações ocorrem. São exatamente essas inovações as responsáveis pelas mudanças nos estágios de desenvolvimento do sistema bancário que são, normalmente, conduzidas pelas regiões centrais” (Amado, 1999, p. 212). Assim, o processo histórico de desenvolvimento do sistema bancário se torna relevante, uma vez que ele atua acentuando a não-neutralidade regional bem como gera círculos viciosos.

3.1 Estágios do desenvolvimento bancário

São apresentados cinco estágios que caracterizam a evolução do sistema bancário, impactando de forma diferenciada conforme a condição da economia, central ou periférica (Chick, 1986; Chick e Dow, 1988 apud Amado, 1999). Dentre estes, o primeiro estágio se caracteriza pelo arcabouço ortodoxo enquanto nos demais este estaria superado, indicando um desenvolvimento bancário:

i) *Primeiro estágio:*

Os bancos se caracterizam apenas por serem intermediários entre poupadores e investidores. As reservas bancárias e o crédito estão limitados aos depósitos. Este estágio caracteriza a corrente ortodoxa, pois haverá um equilíbrio entre poupança e investimento na medida em que a poupança flui das regiões onde há excesso para aquelas onde ela é escassa. Neste caso, as trajetórias de crescimento seriam convergentes entre as regiões.

ii) *Segundo estágio:*

Caracteriza-se pelo aparecimento das “(...) tendências à criação de círculos viciosos financeiros (...)” (Amado, 1999, p.215). Surge uma nova moeda, dado que os depósitos são tratados como meios de pagamentos. O crédito passa a ser limitado pelas reservas. Os multiplicadores monetários passam a ser em função inversa da preferência pela liquidez e esta por sua vez, pode variar entre as regiões. Ou seja, haverá diferenças na repercussão sobre a criação de moeda dos bancos. Para a autora, a oferta monetária é endógena “(...) está fora do controle da autoridade monetária (...)” (p.214), pois o nível de reservas de cada região dependerá das expansões da base monetária provocadas pela entrada de reservas do Banco Central e dos fluxos entre regiões, tanto de reservas real como financeira.

Dada a característica de maior instabilidade da economia periférica, esta leva a apresentar uma maior incerteza. E esta por sua vez, faz com que haja uma maior preferência pela liquidez pelo motivo precaucional e especulativo. Sendo assim, nas economias periféricas há maior demanda por moeda do que nas economias centrais. Isto faz caracterizar que as regiões periféricas possuem um menor multiplicador monetário. Além deste, outros fatores também contribuem para o menor multiplicador:

- o menor nível de renda eleva a relação *cash*/depósitos;
- maior dificuldade de inserção do sistema financeiro na economia tendo em vista a maior participação do setor informal;
- saída de fluxos financeiros especulativos da periferia para regiões centrais, tendo em vista o maior desenvolvimento institucional dos mercados centrais (possibilita maior liquidez dos ativos, o que os torna mais atrativos);
- além dos vazamentos reais, decorrentes de déficits comerciais entre as regiões.

Por outro lado, a maior preferência pela liquidez também se dá pelo lado do sistema financeiro. Esta pode ser observada pela maior relação reserva/depósito. Os bancos decidem emprestar a partir das informações disponíveis e quanto mais difíceis destas serem obtidas, serão considerados os elementos convencionais, possibilitando assim, a perpetuação das desigualdades econômicas. Considerando a teoria pós-keynesiana, “(...) as convenções assumem importante papel no processo decisório em ambientes dominados pela incerteza (...) o processo decisório tende a ser um viés contra regiões periféricas, uma vez que as convenções, como balizadoras de decisões, tendem a reforçar a situações já estabelecidas e, não a transformá-las” (p.216).

iii) *Terceiro estágio:*

Neste estágio os empréstimos ocorrem independentemente das reservas, pois se dariam entre bancos. As reservas passam a ser consideradas limitantes em termos agregados e não mais individuais, enquanto o multiplicador não é mais o meio de criação de moeda. Neste estágio, é adotada a hipótese de que o crédito é que limita o crescimento, pois são eles que criam os depósitos. Isto ocorre em função da taxa de juros ser fixada a partir de *mark-up* e na periferia estas são mais altas, limitando à extensão do crédito. Conseqüentemente, nas regiões periféricas haverá um limite à renda e o

emprego.

Outro aspecto relevante, é que os bancos de atuação nacional passam a se fortalecer continuamente em relação aos bancos de atuação regional, uma vez que os primeiros alocam com mais facilidades as reservas. A concentração bancária, leva por um lado a um processo de concentração industrial, pois os bancos nacionais estendem sua atuação para as firmas que possuem filiais em regiões periféricas. Isto levará a uma maior redução da disponibilidade de financiamento na periferia, pois aumentará o fluxo financeiro para as regiões centrais.

Portanto, são apresentadas duas origens para os problemas financeiros regionais: o limite dos redepósitos que reduz a possibilidade de crédito e a restrição de crédito devido a maior preferência pela liquidez nas regiões periféricas.

iv) Quarto estágio:

Neste estágio, o sistema financeiro desconsidera os limites anteriores de criação do crédito. O próprio sistema assume o papel de prestador, que atuará em função das expectativas dos bancos, os quais definirão o preço e a quantidade de crédito ofertada. Dadas estas condições, a tendência é de em nível regional acentuar as características anteriores, tendo em vista que as expectativas dos bancos serão formadas a partir da interação desta com o lado real da economia.

v) Quinto estágio:

Este estágio ocorre em seguida ao anterior, pois após os bancos ofertarem crédito, buscam novos depósitos para manter o processo em equilíbrio. A probabilidade é que ofereçam juros mais elevados para atrair os recursos e estes por sua vez são repassados aos novos créditos. Sendo assim, há um aumento do custo financeiro para as empresas que repercutirá no mercado: nas regiões centrais será mais facilmente repassado aos preços tendo em vista a estrutura de mercado em que as firmas participam, do que nas regiões periféricas, onde as empresas além de terem custos financeiros maiores, terão também um maior custo dos insumos.

A tendência é de que neste estágio, seja acentuado o processo de concentração bancária e conseqüentemente, a concentração industrial.

3.2 A dinâmica do sistema financeiro regional no Brasil

Estudos têm sido realizados para caracterizar e identificar a dinâmica do sistema financeiro nas regiões, considerando a dicotomia centro e periferia. Dentre estes, os de estudos de Crocco, Cavalcante e Barra (2003); Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2004) e Amado (1998) analisaram o Brasil, os quais são apresentados a seguir.

i) Crocco, Cavalcante e Barra (2003):

Os autores na tentativa de caracterizar as regiões conforme a dicotomia apresentada pela teoria, centro e periferia, formaram agrupamentos de regiões de acordo com a preferência pela liquidez do público (PLP) e da preferência pela liquidez dos bancos (PLB). Ao final identificaram cinco regiões distintas no país, com as seguintes características:

- Região 1 (São Paulo e Rio de Janeiro): afastada do restante das regiões, elevado desempenho econômico e centralidade e baixa PLP e PLB.
- Região 2 (Belo Horizonte, Curitiba, Centro-Oeste e Porto Alegre) menor preferência pela liquidez, melhor centralidade e desempenho econômico;
- Região 3 (Salvador e Recife) e Região 4 (Fortaleza e Belém): “desempenhos econômicos mais tímidos”. Os autores consideram que a diferença entre as regiões está na PLP e PLB;
- Região 5 (Manaus): resultados distantes das demais regiões e considerados muitos ruins pelos autores.

Para os autores, as reações dos agentes são muito diferentes, enquanto o público considera as variáveis econômicas regionais para decidirem sobre a preferência pela liquidez, os bancos têm seu comportamento determinado por um alto nível de flexibilidade, para que em momentos de mudanças no cenário econômico não tenham grandes perdas.

Dada esta forma de agir dos bancos, os autores consideram que estes não seriam os financiadores do desenvolvimento regional, em especial os bancos privados. Pois segundo o estudo, os bancos privados concentram seus ativos em *portfólios* que trazem maiores remunerações, excluindo financiamento a pessoa física e jurídica, ou seja, possíveis agentes promotores do desenvolvimento regional. Restando assim aos bancos públicos atuarem nas regiões periféricas, mas estes, sobretudo, agem nas regiões apenas intermediando repasses e investimentos estatais.

ii) *Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2004):*

Em relação à consideração de que a diferença das regiões está na PLP e na PLB, os autores estimaram a relação entre a criação de crédito e os respectivos índices para as regiões. O indicador utilizado para o PLP foi a proporção dos depósitos à vista e depósitos totais, considerando que os agentes tomam suas decisões a partir do grau de incerteza e das informações disponíveis na região (quando há maior grau de incerteza a opção é por ativos de maior liquidez e havendo menor incerteza, a opção será contrária). Quanto ao indicador de PLB, supõe-se que o banco irá alocar seus ativos considerando o grau de desenvolvimento da região e a liquidez de seu passivo. Para representar a maior liquidez do público, foram utilizados os depósitos à vista, enquanto as operações de crédito representam a disposição bancária.

Os resultados obtidos podem ser verificados na tabela abaixo, os quais confirmam a hipótese de que a preferência pela liquidez está relacionada ao grau de desenvolvimento da região. Observa-se, por exemplo, o estado de Roraima, que apresenta uma baixa participação relativa no PIB do país (0,09%) e um elevado índice de PLP (0,73) e PLB (1,34); enquanto São Paulo, ao contrário, apresenta uma elevada participação no PIB do país (38,15%) e uma baixa PLP (0,11) e PLB (0,08).

Tabela 1- Participação no PIB do Brasil, estimativa de PLP o PLB por Estado - em 1988.

Estado	Participação no PIB do país (%)	PLP	PLB
AC	0,13	0,62	0,20
AL	0,68	0,50	0,10
AM	1,83	0,70	0,23
AP	0,14	0,81	0,97
BA	4,78	0,31	0,11
CE	1,61	0,34	0,11
DF	1,43	0,38	0,05
ES	1,52	0,34	0,08
GO	1,74	0,42	0,11
MA	0,77	0,60	0,10
MG	9,66	0,21	0,11
MS	0,97	0,46	0,09
MT	0,86	0,52	0,08
PA	1,68	0,64	0,39
PB	0,69	0,50	0,15
PE	2,61	0,46	0,12
PI	0,37	0,49	0,17
PR	5,90	0,29	0,10
RJ	11,00	0,31	0,04
RN	0,68	0,54	0,12
RO	0,48	0,63	0,51
RR	0,09	0,73	1,34
RS	8,09	0,30	0,06
SC	3,51	0,38	0,06
SE	0,63	0,47	0,27
SP	38,14	0,11	0,08

Fonte: Cavalcante, Crocco, Jayme Jr. (2004).

Os autores estimaram os mesmos índices dois períodos, 1988 e 1999, observaram que o padrão hierárquico de participação permaneceu constante, apesar dos períodos serem distintos em relação ao comportamento macroeconômico: 1988 com alta inflação e 1999 com baixa inflação.

Outros indicativos relevantes foram detectados:

- o coeficiente encontrado tanto para o PLP como para o PLB foram negativos, o que indica que ao reduzir a preferência pela liquidez, cresce o crédito para o mesmo período;
- relação positiva entre PIB e a variável crédito para a região, ou seja, uma região que apresenta maior PIB dispõe igualmente crédito e menores índices de preferência pela liquidez. Em conseqüência, há maior disponibilidade de recursos para financiamentos e empréstimos.
- os depósitos à vista influenciam mais do que os à prazo: conseqüência da maior disponibilidade de crédito, pois num primeiro momento os recursos disponíveis são direcionados em conta de depósitos à vista.
- a importância dos bancos na criação de crédito foi comprovada pela maior elasticidade da PLB do que a PLP.

Após estas constatações, os autores indicam que há um comportamento diferenciado da moeda por região, o que faz com que influencie de forma diferenciada a economia local. Dada esta característica, o componente regional deveria ser considerado nas políticas monetárias.

iii) *Amado (1998):*

A autora apresenta uma análise do caso brasileiro a partir da criação da SUDENE, tendo em vista que esta exerceu um papel importante na concepção de política regional. Ela considera que foram modificados alguns traços do modelo centro e periferia, bem como o cenário regional. Dentre as mudanças destaca que na periferia houve uma passagem de atividade dos setores: da concentração em primário e secundário passou a secundário e terciário, proporcionado pela “certa homogeneização” da distribuição dos setores. Embora tenha havido estas mudanças, foram mantidos elementos importantes que mantêm a dicotomia centro e periferia, como a dependência e a complementariedade.

Os resultados do seu trabalho podem ser agrupados da seguinte forma:

a) *participação do sistema financeiro na renda regional:*

A participação cresce mais rapidamente nas regiões periféricas, devido à política de incentivo à concentração bancária, parte integrante da reforma bancária.

b) *depósitos e créditos:*

Observa-se uma concentração dos depósitos na região Sudeste do país (central), especialmente a favor de São Paulo. Esta tendência pode ser verificada tanto para os bancos privados como públicos.

Nas regiões periféricas ocorre pouca retenção de depósitos, o que leva a autora a considerar que existem problemas estruturais em relação à retenção de depósitos. Em relação aos bancos privados, além da estratégia ser acumular nas regiões centrais, a sua rede bancária não é desenvolvida na periferia como na região central.

A autora considera que pelo setor informal constituir parcela significativa nas economias periféricas e ele não ter acesso ao setor financeiro, faz com que a retenção e uso de *cash* seja maior nestas regiões. Ela verificou que no Brasil, com exceção do Nordeste, os depósitos de curto prazo/depósitos totais são maiores na região periférica, o que denota maior preferência pela liquidez. Apresenta também, que há restrição monetária na periferia e que isso seria decorrente do vazamento de fluxo monetário e de rendas da periferia para o centro, pois reduziria a criação de moeda nestas regiões.

Ela conclui que as evidências apresentadas pela teoria são verificadas, sobretudo no desempenho dos bancos privados: nas regiões centrais as instituições financeiras possuem maiores evidências para formarem suas expectativas, o que faz com que concentrem mais crédito nestas regiões, além destas regiões apresentarem economias mais estáveis (reduz a incerteza), redepósitos mais elevados, fazendo com que o crédito seja encorajado.

c) *a razão empréstimo/depósitos e os linkagens reais e financeiros:*

Observa-se que no Brasil essa relação é maior na periferia do que no centro, dado os baixos redepósitos na periferia. Fato este que pode ser observado no Nordeste e no Sul. Apesar disso, os bancos públicos federais têm cumprido a política com as regiões periféricas, que é a manutenção do nível de crédito nas regiões. Embora diminua apenas parcialmente o círculo vicioso gerado pelo sistema, uma vez que a liquidez vaza para o centro.

Constata-se também, que as regiões periféricas têm apresentado uma maior razão crédito/depósitos. Embora os créditos sejam criados na periferia, eles vazam para as regiões centrais, fazendo com que haja uma redução da razão empréstimo/depósitos na

região central e uma elevação na periferia. A autora ressalta que nas regiões Norte e Nordeste esta dinâmica foi acentuada pelo tipo de industrialização, pois foi baseada nas firmas extra-regionais, ou seja, mais integradas com as regiões centrais.

A autora considera então, que a atuação do sistema bancário é diferente conforme a região, nas regiões periféricas há uma menor integração e por isso uma menor capacidade de captação de depósitos. O que faz a autora confirmar as seguintes hipóteses: i) “as diferenças institucionais entre o sistema financeiro periférico e o central levam os agentes a preferirem os ativos do centro para manifestarem suas preferências pela liquidez é confirmada pela maior relação crédito/depósitos na periferia”; “as regiões periféricas sofrem limites de crédito, que implicam limites ao seu crescimento real” (Amado, 1998, p.434).

d) relação entre reservas e depósitos e a preferência pela liquidez dos bancos:

Dois aspectos são verificados: por um lado as autoridades monetária reduziram a reservas compulsórias das instituições periféricas para facilitar o crédito na região, uma política para quebrar o círculo vicioso e por outro lado, em relação as reservas voluntárias, os bancos mantém uma maior relação reservas/depósitos, ou seja, maior preferência pela liquidez dos bancos na periferia (gerada pela maior incerteza).

e) sistema BNDES e as regiões:

A autora conclui que os elementos que influenciaram este sistema são de origem política por isso não seguem a lógica privada, devendo ser desconsiderados da análise teórica. Mas evidencia que no período da denominada industrialização pesada (1955/60) os recursos estavam concentrados no Sudeste (em São Paulo) e somente após 1970 foram desconcentrados para o Nordeste e Sul.

f) diferenciais regionais da taxa de juros:

Apesar da relativa falta de informações sobre este aspecto, destaca-se que as taxas de juros seguem a lógica teórica de que as taxas de juros são maiores nas regiões periféricas quando os bancos recebem incentivos a serem repassados de seus fundos e são menores quando se tratar de política econômica.

Além da análise do preço do crédito (taxa de juros), a autora salienta que devem ser analisadas as quantidades de recursos disponíveis, apesar de considerar esta uma análise complexa, pois segundo ela, deveriam ser mensurados as solicitações realizadas e as não realizadas. Na periferia esta demanda é superior tendo em vista que o setor informal é significativo, mas “tende a estar permanentemente sob restrições financeiras. Assim, quanto mais pobre a região, maiores as restrições disfarçadas de crédito, restrições estas que não podem ser mensuradas, mas que são extremamente importantes e perversas (Amado, 1998, p. 439).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apresentados sobre os diferenciais entre as regiões, a partir do comportamento do sistema financeiro, confirmam as tendências apresentadas pela teoria, ou seja, os bancos atuando de forma diferenciada conforme a condição da região, centro ou periferia, sendo esta determinada fortemente pela preferência pela liquidez do sistema financeiro. Dado este comportamento, a disponibilidade de crédito por parte dos bancos, acaba influenciando no crescimento das regiões brasileiras.

A partir disso, infere-se que parte do entrave do crescimento das regiões está na dinâmica monetária que se estabelece, na qual forma círculos viciosos, os quais acabam

perpetuando uma dependência das regiões periféricas em relação as centrais, bem como, perpetuando elementos do sistema financeiro que impedem o crescimento. Se por um lado o público reage conforme a dinâmica regional, os bancos, por outro, reagem ao comportamento de época em relação às mudanças no cenário econômico de forma a garantirem a lucratividade.

Embora se tenha percebido que a atuação dos bancos difere conforme a sua natureza, privados ou governamentais, enquanto os privados preferem atuarem nas regiões centrais e os governamentais são os principais na periferia, constata-se que estes últimos deveriam ter uma maior participação nas regiões periféricas como financiadores da atividade produtiva, ao invés de meros intermediários do processo.

Desta forma, sem desconsiderar que existem outros fatores, como grau de polarização econômica, condicionantes históricos, ação governamental, dentre outros, que influenciam na dinâmica das regiões, constata-se que as variáveis monetárias e as condições financeiras também ajudam a determinar a centralidade do desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This paper has as objective to bring a bibliographical review about the studies that analyze the regional development on the Post-Keynesian theory perspective. The results obtained show that the financial system especially the banks, however these agents behavior follow an important concept used by the theory, the preference to the liquidity. Yet, the credit responsibility for the investment in the productive system will suffer important impacts due to the preference for the liquidity from the banks.

Keywords: Post-Keynesian, Regional Development, Financial System.

NOTAS

¹ Professora do Centro Universitário UNIVATES, doutoranda em Economia PPGE/UFRGS.

E-mail: julia@bewnet.com.br

² Fundamentos da teoria. Axiomas são pontos de partida, afirmações irreduzíveis a outras “que marcam o estágio além do qual não se procura explicar (...). Os axiomas sumarizam o que se vê como sendo conhecimento empírico razoavelmente seguro”(Hahn, 1984, p. 607 apud Carvalho, 1992, p. 171-172).

³ Como os de Cavalcante, Crocco e Jayme Jr (2004); Crocco, Cavalcante e Barra (2003); Fucidji (2003); Amado (1998, 1999, 2003) e Amado e Silva (2000).

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana M. O real e o monetário em economia: traços ortodoxos e heterodoxos do pensamento econômico. In: SILVA, Maria Luiza F. (org.). **Moeda e produção**: teorias comparadas, Brasília: UNB, 1992, p. 285-314.

_____. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. **Estudos Econômicos**. São Paulo: FGV, v.27, n.2, 1998, p. 417-440.

_____. Moeda, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual. IN: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. R. (org). **Macroeconomia Moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 208-224.

AMADO, Adriana M.; SILVA, Luiz A. S. da. Considerações sobre as perspectivas nacionais e regionais do processo de integração monetário-financeira do Mercosul. **Estudos Econômicos**. São Paulo: FGV, 30(4), out-dez, 2000, p. 571-596.

CARVALHO, Fernando J. C. de. A não-neutralidade da moeda em economias monetárias de produção: a moeda nos modelos pós-keynesianos. **Estudos Econômicos**. São Paulo: FGV, v.21, n.1, jan-abr., 1991, p.11-40.

_____. Moeda, produção e acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana. In: SILVA, Maria Luiza F. (org.). **Moeda e produção**: teorias comparadas, Brasília: UNB, 1992, p. 163-191.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico G.. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política realizada de 08 a 11 de junho de 2004 em Uberlândia/MG. In: **Anais da IX SEP...**, 2004, p. 01-20.

CROCCO, Marco; CAVALCANTE, Anderson; BARRA, Cláudio. Polarização regional, sistema financeiro e preferência pela liquidez: uma abordagem pós-keynesiana – novos conceitos. VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política realizada de 17 a 20 de junho de 2003 em Florianópolis/SC. In: **Anais VIII SEP...**, 2003, p. 01-22.

DEQUECH, David. Incerteza num sentido forte: significado e fontes. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (org.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 88-108.

FEIJÓ, Carmem A. Decisões empresariais numa economia monetária de produção. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (org.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 109-132.

FUCIDJI, José R. Impactos Regionais da Concentração Bancária: teoria e evidência para o Brasil. VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política realizada de 17 a 20 de junho de 2003 em Florianópolis/SC. In: **Anais VIII SEP...**, 2003, p. 01-22.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural.

PAULA, Luiz F. de. Teoria da firma bancária. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (org.). **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 171-189.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (org.). **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 151-170.